

RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.040 - SP (2018/0005036-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
RECORRIDO : JOAO PEREIRA DE MORAIS
ADVOGADO : ALESSANDRO JORGE DE OLIVEIRA - SP217564

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, a demanda versa sobre ação ordinária de adimplemento contratual c/c exibição de documentos proposta por JOAO PEREIRA DE MORAIS em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A. Tal demanda foi julgada extinta com a análise do mérito, em razão do lapso prescricional quanto aos pleitos do autor. Interposta apelação pelo autor, deu-se provimento ao reclamo.

Em sede de apelação, a Corte Estadual proveu o reclamo nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL - Interposição contra sentença que reconheceu a ocorrência da prescrição e julgou extinta, com fundamento no artigo 269, IV, do Código de Processo Civil/1973, ação de adimplemento contratual c.c. exibição de documentos.

Plano de expansão de telefonia. Aplicação do artigo 205 do Novo Código Civil.

Prescrição não configurada. Possibilidade de julgamento nos termos do artigo 1.013, § 4º, do Código de Processo Civil/2015.

Participação em investimento de serviço telefônico. Plano de Expansão - PEX.

Relação de consumo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Existência de prova mínima nos autos dando conta que as ações do autor foram emitidas depois da efetiva integralização. Condenação da ré ao pagamento de indenização, pelo valor que corresponde à diferença entre o número de ações que deveriam ter sido subscritas no momento da integralização e as que efetivamente foram pagas. Conversão da obrigação em perdas e danos nas situações em que for impossível a entrega das ações. Cabimento da inclusão de dividendos, juros sobre capital próprio e dobra acionária na condenação. Determinação de liquidação de sentença, observando-se os termos do acórdão quanto à possibilidade de cumulação de juros de mora e correção monetária para cada uma das verbas deferidas. Decisão à luz dos Recursos Especiais: 1.033.241/RS, 470.443/RS, 1.301.989/RS, 1.373.438/RS, 1.025.298/RS e 1.037.208/RS. Sentença reformada.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial (fls. 173/193, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos artigos 170, § 1º, III, da Lei n.º 6.404/76 e 884 do Código Civil.

Sustenta, para tanto, o enriquecimento sem causa da recorrida, uma vez que a emissão das ações deve ocorrer com base no seu valor de mercado e não no valor patrimonial da data da integralização.

Sem contrarrazões, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 254/256, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Na espécie, a Corte local, ao decidir a demanda, adotou os seguintes fundamentos (fl. 146, e-STJ):

Para obstar uma situação de enriquecimento ilícito das empresas de telefonia, e visando a não estimular o inadimplemento contratual, é que o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, hoje consolidado na Súmula nº 371: Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o valor patrimonial da ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.

Logo, acolhem-se os argumentos do autor para condenar a ré ao pagamento das diferenças de ações geradas nas operações, bem como dividendos, juros sobre capital próprio e dobra acionária, observando o valor patrimonial da ação vigente na data da integralização.

Relativamente ao tema, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, pacificou entendimento no sentido de que a complementação acionária deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da integralização do capital (primeiro ou único pagamento realizado) (REsp 1.033.241/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, julgado em 22/10/2008, DJe 05/11/2008), exegese cristalizada na Súmula 371/STJ, *verbis*: *Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.*

Confira-se a ementa do *leading case*:

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. TELECOM. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. PRESCRIÇÃO. DIREITO PESSOAL. DIVIDENDOS. ARTS. 177 DO CC/1916, 205 E 2.028 DO CC/2002. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. APURAÇÃO. CRITÉRIO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos

prazos previstos no artigo 177 do Código Civil revogado e artigos 205 e 2.028 do Novo Código Civil.

II. A complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização (REsp n. 975.834/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 26.11.2007).

III. Julgamento afetado à 2ª Seção com base no procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

IV. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 1.033.241/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 05/11/2008).

Ainda nesse sentido, a título ilustrativo:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - DEMANDA POSTULANDO COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA DECORRENTE DE CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO COM BASE NA SÚMULA 371/STJ - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA/DEMANDADA.

(...)

2. Valor patrimonial da ação. Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, a complementação acionária deve tomar como referência o VPA apurado com base no balancete do mês da integralização do capital (primeiro ou único pagamento realizado), nos termos da Súmula 371 desta Corte. O mesmo critério deve ser observado quando do cálculo da "dobra acionária" (telefonia celular), a qual não é alcançada pela coisa julgada formada no âmbito de demanda alusiva à telefonia fixa. Precedentes.

3. O conteúdo normativo inserto no artigo 884 do CC, invocado como violado, não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, opostos pela ora insurgente, motivo pelo qual incide na espécie a Súmula 211 desta Corte, de seguinte teor: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo".

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1320118/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. INDENIZAÇÃO. VALOR. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. SÚMULA 371/STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização." Súmula 371 do STJ.

2. Inafastável, no caso em tela, a incidência da Súmula 83/STJ, aplicável também aos recursos especiais interpostos pela alínea a do permissivo

Superior Tribunal de Justiça

constitucional, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal.

3. A pretensão recursal enseja o revolvimento das cláusulas pactuadas entre as partes e das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

4. Agravo desprovido.

(AgInt no AREsp 1027372/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017)

Na hipótese dos autos, conforme já mencionado, o Tribunal *a quo* decidiu em consonância com esse entendimento (fl. 146, eSTJ), de sorte que o acórdão recorrido não merece nenhuma reforma no ponto.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator